

## MOBILIZAÇÃO VITORIOSA

Municípios vão  
receber recursos  
do pré-sal



Foto: Gisele Federico



Começam os  
preparativos para as  
Eleições de 2020

Destinação dos  
Resíduos Sólidos  
ainda sem solução

Prefeitos goianos marcaram presença na mobilização, em Brasília



Municípios com  
voz ativa no  
conselho do FCO

# Você sabe o que são consórcios públicos?

*Paula Ramos Nora de Santis*

**E**m 06 de abril de 2005 foi sancionada a Lei 11.107, que possibilitou às entidades da Administração Pública Direta se consorciarem em torno de objetivos de interesses públicos comuns. A origem do instituto está no art. 241 da Constituição vigente, que dispõe que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos”.

Consórcios públicos são entidades que assumem personalidade autônoma dos entes que o compõem, criados em torno de um objetivo vinculado ao interesse público comum.

Compreender a funcionalidade dos referidos consórcios, que passam a representar entidades autônomas constituídas por entes públicos, requer o conhecimento do modelo federativo adotado na Constituição de 1988. Um modelo de federalismo cooperativo, são atribuídas competências comuns entre a União, Estados; e aqui inclui-se o Distrito Federal, e Municípios; tais como “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”; “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”, entre outras.

Além disso, vale ressaltar que, os diversos Estados e Municípios brasileiros, têm as mesmas competências, em seus limites territoriais. Assim, os consórcios públicos podem ser expressados pela frase “a união faz a força”.

Os consórcios públicos poderão firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo; em um esforço mútuo, em torno de um interesse comum.

Em termos municipais, o instituto é de extrema valia, pois possibilita desenvolvimento e mais atendimento à população, através da otimização de recursos públicos.



*Paula Ramos  
Nora de Santis é  
coordenadora do curso  
Pós Graduação em  
Direito Administrativo  
e Gestão Pública da  
Fasam- Faculdade  
Sul-Americana*

## DIRETORIA

- Presidente**  
Paulo Sérgio de Rezende  
(Hidrolândia)
- 1º Vice-presidente**  
Kelson Souza Vilarinho  
(Cachoeira Alta)
- 2º Vice-Presidente**  
Odemir Moreira de Melo  
(Goiandira)
- Diretor Administrativo**  
Pábio Correia Lopes (Valparaíso)
- Diretor Administrativo Substituto**  
Adalberto dos Santos Amorim (Paranaiguara)
- Diretor Financeiro**  
Cacio Moreira Adorno  
(Mossâmedes)
- Diretor Financeiro Substituto**  
Daniel Sabino Vaz (Cristalina)
- Presidente do Conselho Deliberativo**  
Itamar Leão do Amaral
- Coordenador Executivo**  
Armando Leão
- Assessor Jurídico**  
Dr. Sérgio Siqueira

## DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

- Coordenador**  
Libório Santos
- Redação e revisão**  
Libório Santos (GO 00534/JP)
- Fotografia**  
Flávio Brasil e Aroldo Costa
- Redes Sociais**  
Vanusa Prudente e Flávio Brasil
- Vídeo e Áudio:**  
Aroldo Costa, Emerson Vargas e Silvio Cardoso
- Designer Gráfico**  
Neide Ataide (MTE 2690GO)  
9 8145-2332

**Tiragem:**  
5.000 exemplares

**Distribuição:**  
Nos 246 municípios do estado de Goiás

- Associação Goiana dos Municípios**  
Rua 98 nº 127, Setor Sul  
CEP: 74080-070 - Goiânia-GO  
(62) 3285-5288  
[www.agm-go.org.br](http://www.agm-go.org.br)
- @agmgoias
- /AGMgoias
- @AGMGoias
- Rádio WEB AGM

GUAPÓ**Comemorando o aniversário e o desenvolvimento**

Ao assumir o seu mandato o prefeito de Guapó, Colemar Cardoso, adotou como uma das principais medidas promover uma comemoração do aniversário da cidade a altura que o município e a população merecem. Para tanto retornou o desfile cívico militar, mobilizando os alunos e atraindo a atenção da população.

O município, integrante da região metropolitana, apresenta um grande de-

senvolvimento e crescimento populacional devido a proximidade com a Capital. Para comemorar os 71 de surgimento da cidade foi cumprida uma vasta e variada programação que contou o desfile, passeio ciclístico, cavalcada, futebol com artistas famosos, shows musicais e demonstrações manobras radicais.



Prefeito Colemar Cardoso e 1ª dama Vânia Franco recebem convidados. Dentre eles os deputados Alexandre do Baldy e Virmondes Cruvinel

URUANA**Festa da Melancia sabor e beleza**

A tradição se repetiu e Uruana promoveu mais uma grande festa da melancia num trabalho conjunto que contou com as participações da Prefeitura Municipal, produtores e empresários. Simultaneamente foram promovidas a 42ª Festa Estadual da Melancia de Uruana, 27ª Festa Nacional e 3ª Festa Internacional.

Durante três dias foram promovidos desfile de caminhoneiros, shows artísticos tendo como principal atração Marília Mendonça, desfile dos produtores, concurso do Maio Chupador de Melancia cujo vencedor



Primeira dama de Uruana Divina Arruda, Sthefane Ribeiro (2ª princesa), Ana Flávia da Silva (1ª princesa), Aline Rodrigues Leite rainha 2019) e o prefeito Cássio Gusmão

bateu o recorde consumindo 8kg e 300gr. Também foi promovido o concurso para a escolha da Rainha e da Princesa da festa. Uruana é o maior produtor de melancia do Estado de Goiás e um dos maiores do país.

ALVORADA DO NORTE**Aniversário de 56 anos**

Alvorada do Norte foi fundada dia 23 de outubro de 1958 e para comemorar os 56º aniversário a Prefeitura Municipal elaborou uma programação especial com o Alvorada Folia na Praia do Povo, às margens do Rio Corrente, com shows de renomados artistas: Naíara Azevedo, Ícaro e Gilmar, Di Paulo e Paulino, Rick e Rangel, e Matheurs e Sollan.

A prefeita Iolanda Horiceni Moreira Santos, visitou a AGM quando fez um convite especial ao presidente Paulinho para participar dos festejos. Ela foi recebida pela assessora Rosany Cardoso quando trataram, também, do andamento de processos junto ao DETRAN e a Secretaria de Economia visando o benefício de imunidade do IPVA e isenção da taxa de licenciamento para os veículos da prefeitura.

ARAGARCAS**Desfile e homenagens nos 66 anos**

Aragarças ao completar mais um aniversário, o prefeito José Elias Fernandes preparou uma programação especial. O ponto alto das festividades dos 66 anos de fundação da cidade foi a realização de um desfile cívico militar.



Prefeito José Elias Fernandes e a 1ª dama Mara Nei Negreiros Rego Elias com as crianças

Mais de 40 instituições, entre entidades, escolas, forças de segurança e associações da cidade participaram. Também foi promovida uma sessão especial da Assembleia Legislativa de Goiás.

A iniciativa foi dos deputados Karlos Cabral (PDT) e do presidente do poder Legislativo estadual, deputado Lissauer Vieira (PSB). Na cerimônia, pessoas ilustres da cidade receberam homenagens com Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira e Certificado de Honra ao Mérito. O prefeito José Elias, que também já foi deputado estadual, agradeceu as homenagens.



Rosany Cardoso (assessora da AGM) e a prefeita Iolanda Horiceni Moreira Santos

# Prefeitos de volta à Brasília

Vitória depois de intensa articulação junto aos parlamentares

**U**nião e Persistência – esses dois fatores ganharam força na Luta Municipalista nos últimos anos e têm sido decisivos no avanço das reivindicações. Mas, aliados a eles, a mudança no tom das conversações e articulações junto aos congressistas vem fazendo a diferença nos resultados. A fidelidade dos deputados federais e senadores para com os municípios (suas bases eleitorais as quais devem prestar contas de seus compromissos e trabalhos) foi colocada à prova no momento em que a Câmara Federal ameaçou promover mudanças no texto do projeto que trata da distribuição dos recursos obtidos com leilões da exploração do pré-sal, a chamada cessão onerosa. Insatisfeitos com essa atitude (e alguns até revoltados) os prefeitos mudaram o seu discurso. Ao invés de pedirem, como vinha ocorrendo, passaram a cobrar posições favoráveis. Com isso os resultados

## AGM agradece a bancada goiana

“Talvez essa tenha sido a mobilização mais vitoriosa de todas as que já fizemos em Brasília. Ela serve também de exemplo para as futuras. A fase do pires nas mãos já passou. Temos a nossa força e o nosso valor para exigirmos os nossos direitos. Mas queremos reconhecer agradecer de público a postura da bancada goiana que nos apoiou integralmente.” – Paulo Sérgio de Rezende (Paulinho) – presidente da AGM (foto)



Prefeitos, presidentes da CNM, AGM e FGM reunidos com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

**“A MATERIA FOI APROVADA DE ACORDO COM OS DESEJOS DOS PREFEITOS, MAS O PROCESSO DE NEGOCIAÇÕES FOI CONSIDERADO POR ALGUNS GESTORES COMO “TENSO E ESTRESSANTE” ”**

obtidos foram altamente positivos.

O objetivo principal foi a aprovação do Projeto de Lei 5478/19 que define o rateio, entre estados e municípios, de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal, a ser realizado no próximo dia 6 de novembro. A matéria já havia sido aprovada pelo Senado, mas na Câmara foram propostas modificações prejudiciais aos municípios como por exemplo a destinação de partes dos recursos a serem usadas através das chamadas emendas parlamentares e a inclusão de exigências, como por exemplo, a priorização no pagamento dos precatórios. Propostas consideradas “absurdas” pelo presidente da CNM, Glademir Aroldi.

Com a aprovação da matéria a previsão para os 246 municípios goianos é de R\$ 393.106.792,66 milhões.

## GESTORES GOIANOS EM AÇÃO

Mais uma vez os prefeitos goianos mostraram a sua força e seu espírito de união. Fato esse elogiado pelo presidente da AGM, Paulo Sérgio, que por sua vez participou de todas as atividades como reuniões com as entidades representativas e articulações com os parlamentares. Dirigentes das entidades municipalistas se reuniram com o presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia e com o presidente do Senado, senador Davi Alcolumbre, quando assumiram o compromisso de atendimento das reivindicações. No final a matéria foi aprovada de acordo com os desejos dos prefeitos, mas o processo de negociações foi considerado por alguns gestores como “tenso e estressante” em determinados momentos. Isso porque, até os últimos instantes alguns deputados tentaram promover alterações, mas não conseguiram.



Presidente da CNM, Glademir Aroldi, discute com os prefeitos



Presidente da AGM, Paulinho, deputado Alexandre do Baldy, prefeito Joaquim Barbosa (Mambai) e assessores



Presidente da CNM Glademir Aroldi, senador Davi Alcolumbre, prefeitos Paulinho (AGM) e Aroldo Naves (FGM)



Coordenador da AGM, Armando Leão, e o prefeito de Itapuranga, Daves Soares



Deputado José Mário Schireiner e presidente Paulinho (AGM)



Prefeitos Edmar Neto (Acreúna), José Willian (Panamá), Aroldo Naves (FGM), Paulinho (AGM), Fernando Ribeiro (vice-prefeito de Panamá), José de Sousa (Porteirão) e prefeita Francisca Resende (Aparecida do Rio Doce)



Glademir Aroldi, discute estratégias de articulação com os prefeitos



Paulinho (AGM), senador Davi Alcolumbre e Aroldo Naves (FGM)



Paulinho, presidente da AGM, Davi Alcolumbre, presidente do Senado, e Haroldo Novaes, presidente da FGM



Presidente da AGM, Paulinho, deputado Alexandre do Baldy, prefeito Joaquim Barbosa (Mambai) e assessores

# Mudanças no Fundeb



*Integrantes do Conselho do FUNDEB em Goiás*

**A**lerta geral. Entidades ligadas à educação básica no Brasil estão preocupadas com a proximidade do fim do contrato do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para dezembro de 2020. Mas o Governo garante que isso não vai acontecer.

O coordenador de projetos da ONG Todos pela Educação, Caio Callegari afirma que “na prática, mais de mil municípios podem fechar as portas de suas escolas sem o recurso. Atualmente, segundo o Ministério da Educação, o fundo é responsável por 63% dos investimentos realizados na educação básica. Para tanto defende uma remodelagem do Fundeb para que ele continue de forma permanente, que ele seja um fundo pérpetuo e atenda o ensino do país inteiro.”

Para que o fundo não seja extinto e se torne permanente, três propostas de emenda à Constituição (PECs) tramitam no Congresso Nacional com conteúdos semelhantes. A intenção é, com um novo Fundeb, ampliar a contribuição da União, que é o ente federado que mais arrecada. Um dos pontos centrais é a ampliação da participação da União até chegar a 40% em 2031. Desde 2010,

a União contribui com 10% do valor do fundo, dinheiro que é destinado aos estados que não alcançam um valor mínimo por aluno. A proposta é que essa contribuição salte para 15% em 2021, com acréscimos anuais de 2,5 pontos percentuais até chegar a 40% em 2031. O impacto orçamentário total seria de R\$ 279,8 bilhões ao longo dos destes anos.

O Fundeb é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vai da creche ao ensino médio. Equivale, segundo o Ministério da Educação (MEC), a 63% de tudo que é investido nas escolas públicas do Brasil. O dinheiro é usado para pagamento do salário dos professores e para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

## PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Pelo menos 70% dos recursos do Fundeb, em cada estado, serão destinados ao pagamento de professores da educação básica em efetivo exercício. Atualmente, o fundo prevê 60% para remuneração dos profissionais do magistério;
- Os recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e salário-educação (tributo federal transferido para os municípios) não poderão ser usados para pagar aposentadorias e pensões;
- A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios terão que aplicar na educação pública, no mínimo, 75% dos royalties da exploração mineral, incluídas as de pe-

*Prefeito Kelton Pinheiro (Bonfinópolis) assina termo de posse no Conselho*



- tróleo e gás natural;
- Para evitar desmonte do Fundeb, que está baseado em vinculação de impostos, em caso de reforma tributária os recursos para educação não poderão ser reduzidos;
- Não poderá haver supressão ou diminuição de direitos a prestações sociais educacionais;
- Quem não cumprir a regra não poderá receber transferências voluntárias ou contratar operações de crédito.

## AGM integra o conselho do FUNDEB

O Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação em Goiás é composto por 17 integrante e dentre eles representantes dos municípios. A Associação Goiana de Municípios indicou dois representantes, os quais tomaram posse recentemente. São eles: o prefeito Kelton Pinheiro (Bonfinópolis) e a Assessora Técnica - Ivani Lucas. O conselho tem como função o Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e da Valorização dos Profissionais da Educação. O CONFUNDEB é formado por conselheiros que representam o Estado, os municípios, Conselho Estadual da Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, Federação dos Trabalhadores em Educação e por representantes de Pais e Alunos da Educação Básica Pública.

# Municípios defendem maior participação no FCO

O aquecimento da economia nos municípios depende do seu nível de desenvolvimento. E para que isso aconteça é fundamental o financiamento. O surgimento de novas empresas gera empregos e maior arrecadação. Isso ocorre não só com a chegada de grandes empreendimentos. Os pequenos produtores, muitos de porte familiar, exercem um importante papel nesse processo e, principalmente, para a sua própria subsistência. Entretanto, nem sempre eles têm um tratamento adequado. Para promover o desenvolvimento regional foi criado pela constituição de 1988 o FCO – Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) que promove o financiamento com juros baixos variando de 6,75 ao 10% ao ano.

E, pela primeira vez desde a sua criação, um prefeito goiano integra o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro Oeste (CONDEL/Sudeco) que gerencia esse fundo. Indicado pela Associação Goiana de Municípios (AGM) o prefeito de Caiapônia, Caio Sousa, já participa dos trabalhos do conselho que também é integrado por governadores de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, um ministro de Estado, um representante de Instituição Financeira Federal que administra o FCO (Banco do Brasil) e um representante da União. Dentre os participantes da última reunião, o Ministro do Desenvolvimento Regional Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto



Prefeito Caio Sousa participa de reunião do FCO

**“É MUITO IMPORTANTE O PREFEITO TER PARTICIPAÇÃO E DIREITO DE VOTO AO LADO DE GOVERNADORES, MINISTROS E REPRESENTANTE DO GOVERNO FEDERAL”, SALIENTA CAIO SOUSA”**

e o governador do Mato Grosso do Sul Reinaldo Azambuja.

## PREFEITO APRESENTA SUGESTÕES

Logo nas primeiras reuniões o prefeito Caio Sousa apresentou várias sugestões que foram acatadas. Uma delas é a de priorizar os produtores e investidores de pequeno e médio portes.



Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto, dá as boas vindas ao prefeito Caio Sousa

Nesse sentido, uma decisão tomada pelo conselho foi a de reduzir pela metade o teto máximo permitido para os grandes financiamentos. “Como não é possível aumentar os valores dos recursos disponibilizados para atender a grande demanda, com essa medida, será possível de aumentar o número de atendimentos aos pequenos e médios. Isso sem trazer qualquer prejuízo para a execução dos projetos”, salientou o prefeito.

“É muito importante o prefeito ter participação e direito de voto ao lado de governadores, ministros e representante do Governo Federal” salienta Caio Sousa argumentando “que a partir de agora estaremos colocando em pauta as reivindicações específicas dos municípios e os assuntos de nossos interesses”.

Prova disso foi a sugestão apresentada por ele, e bem aceita pelos demais integrantes, no sentido de minimizar um grave problema enfrentado pelos municípios da Região Centro-Oeste. Refere-se à construção de pontes e mata-burros na zona rural. Normalmente esse trabalho é demorado devido a exigência de realização de licitações e outros empecilhos burocráticos. “Nesse caso essas obras poderão ser realizadas através de Parceria Público Privada (PPP), com os produtores buscando financiamentos, dando maior agilidade ao processo e reduzindo os seus custos. As prefeituras também poderão participar com a utilização de suas máquinas e de trabalhadores, ampliando ainda mais a parceria”.

# RESÍDUOS SÓLIDOS

## o problema continua

Desde 2010, com a entrada em vigor da Lei nº 12.305, busca se uma saída para o problema da destinação correta dos resíduos sólidos. O prazo para os municípios adotarem as medidas necessárias foi de 4 anos. Entretanto, quase 10 anos após a situação não foi resolvida e a solução caminha a passos lentos. Toda a responsabilidade pelo cumprimento da lei recai sob o município e o prefeito está propenso a ser processado por crime ambiental e improbidade administrativa. Fato que tira o sono de muitos gestores. Até o momento, só 12 municípios goianos conseguiram se adequar à lei, instalando seus aterros próprios ou utilizando os de terceiros.

### CRIAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Uma das principais saídas é a criação de consórcios, reunindo vários municípios de uma mesma região. Em Goiás são 15 consórcios em implantação. Nenhum em pleno funcionamento. As distâncias entre as sedes dos municípios e o baixo índice populacional dificultam



a implantação do sistema. Mas esses não são os únicos problemas. Os prefeitos reafirmam seus interesses de resolver o questão, mas reforçam o argumento de que estão impossibilitados. Motivo principal: falta de recursos. O presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), Paulo Sérgio de Rezende (Pau-linho) destaca que “não adianta cobrar ações dos gestores se as prefeituras estão literalmente quebradas. Faltam recursos para quase tudo. Enquanto não houver

a conscientização de que o Estado e a União têm de assumir suas responsabilidades, inclusive sendo também penalizados pela lei, caso contrário não haverá solução e os prefeitos ficarão na mira da justiça. Isso está mais do que claro”.

Tomando por base estudos desenvolvidos em outros estados a utilização do serviço terceirizado, com processo de reciclagem, só é viável economicamente nos casos de municípios com população acima de 100 mil habitantes.



*“Nós sabemos da importância da questão dos resíduos nos municípios. Da questão ambiental. Mas tudo passa pelo financiamento já que sem dinheiro não se faz nada. Hoje o aterro fica muito caro. No meu município já fizemos levantamento e não fica menos de 5 milhões de reais”. Selma Bastos, prefeita da Cidade de Goiás*

*“Em Pirenópolis já tivemos um aterro sanitário que se transformou em lixão por falta de manutenção. Só em um dia a cidade produz 35 toneladas de resíduos. A solução eu acho que deve ser através da formação dos consórcios municipais. Mas as ideias não saem do papel. Também se precisa de recursos”. João Batista Cabral, Prefeito de Pirenópolis*



*“No meu primeiro mandato implantamos um aterro controlado que foi abandonado na gestão passada. Hoje terceirizamos a destinação dos resíduos que são transportados para uma empresa em Guapó. Nós gastamos em torno de 120 mil reais por mês, mas acreditamos que mesmo assim fica bem mais barato”. Gil Tavares, prefeito de Neópolis*

# Ministério Público incentiva

O Ministério Público de Goiás, através do Centro de Apoio ao Meio Ambiente, tem incentivado e cobrado dos gestores uma solução. O órgão tem promovido frequentes eventos de conscientização reunindo prefeitos, secretários municipais e técnicos. Recentemente a Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente e o MP-GO promoveram em Goiânia o VII Seminário “O Ministério Público e a Gestão de Resíduos Sólidos e Logística Reversa” que contou com mais de 400 participantes. O evento teve o apoio da AGM que foi representada pela prefeita da Cidade de Goiás, Selma Bastos.

O Coordenador do CAO do Meio Ambiente, promotor Dr Delson Leone, avaliou como “muito grave a situação da destinação dos resíduos sólidos em Goiás, com a utilização dos lixões os quais poluem o meio ambiente e trazem riscos à saúde da população”. Ele citou que o número de municípios goianos que possuem aterros sanitários, de acordo com a exigência da legislação, o que é muito pequeno, levando se em conta que a lei está em vigor há quase uma década. Ele alerta que chegará a um momento em que o MP terá de agir com rigor.

O vice-presidente da Abrampa, José Eduardo Ismael Lutti destacou a importância do evento que vem sendo promovido pela entidade em todo o país. “Ao Ministério Público cabe apenas conscientizar os prefeitos e alertá-los para a necessidade deles adequarem seus municípios ao que prevê a lei. O problema é muito grave e pouco tem sido feito para solucioná-lo”, salientou.

Também participaram do seminário entidades como a Associação Brasileira das Indústrias de Vidro, a Coalização Embalagens, a Associação Ambiental para Coleta e Gestão do Óleo Lubrificante Usado, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, a Associação Brasileira de Produtores de Lata de Alumínio, a Cooperativa Rama de Goiânia e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.



Seminário promovido pelo Ministério Público reúne técnicos e autoridades no assunto

**“ O MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS, ATRAVÉS DO CENTRO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE, TEM INCENTIVADO E COBRADO DOS GESTORES UMA SOLUÇÃO. O ÓRGÃO TEM PROMOVIDO FREQUENTES EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO REUNINDO PREFEITOS, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E TÉCNICOS. ”**



Dr. Delson Leone – promotor de Justiça e coordenador do CAO Meio Ambiente

## CRIME AMBIENTAL

Cabe a Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente, da Polícia Civil, a instauração de inquéritos sobre crimes ambientais. E nesse caso a exposição de resíduos à céu aberto, os chamados lixões, podem caracterizar essa prática. O titular da delegacia, Luziano Carvalho, atua há anos frente a especializada. Ele admite as dificuldades para combater essa irregularidade. “O problema é grave e tem de haver vontade política na busca da solução. As leis são inúmeras, mas temos que tirar as exigências do papel e colocar na prática”, salienta.



# Eleições Municipais de 2020 começam a ser discutidas

**D**e olho nas urnas para as eleições de 2020. Eleitores de todo o país irão às urnas dia 4 de outubro de 2020 para elegerem prefeitos, vices e vereadores em 5.568 municípios. São 5.568 prefeitos e quase 57 mil vereadores a serem eleitos. Faltando um ano para o pleito o assunto ainda não ganhou as ruas, o que vai acontecer durante a campanha eleitoral. Mas, já é amplamente discutido nos bastidores dos partidos e por juristas. No momento os partidos buscam se fortalecer, atraiendo novos filiados e já discutindo possíveis nomes para candidaturas. Para analistas, as próximas eleições vão ter nuances diferentes das anteriores e dois são os principais motivos: na atualidade o país vive uma campanha geral de combate à corrupção que nos pleitos eleitorais ocorre com maior frequência com o caixa dois os chamados “recursos não contabilizados” e com novas normas através de mudanças na legislação.

Nas últimas décadas muito tem se discutido (e defendido) quanto a promoção de uma Reforma Política e uma Reforma Eleitoral. Mas pouco tem avançado nessa direção. No momento o Con-

gresso Nacional centraliza suas atenções para as Reformas da Previdência e Tributária. Uma das mudanças propostas na lei eleitoral foi a de se limitar os gastos de campanha para 2020 em 70% da campanha de 2016, mas ela não vingou. Já a utilização de recursos próprios pelo candidato está limitada em 10% do total dos custos.

Mas a principal novidade, prevista na mudança da lei em 2017, é o fim das coligações partidárias. Para analistas esse será o principal fator de influência nas eleições. Certamente os partidos terão de elaborar estratégias especiais na busca de ocupação de mais espaços, elegendo um maior número de vereadores.

Já se sabe que a nova norma vai promover o que se chama na linguagem popular de “depuração partidária”. Até o ano passado existiam no Brasil 37 partidos políticos. Depois de algumas fusões hoje ainda existem 32. Número considerado elevado. Muitos deles classificados como sendo partidos de aluguel e que poderão ser extintos em breve.

Quanto à legislação, a Associação Goiana de Municípios (AGM) alerta para que partidos e futuros candida-

tos fiquem atentos e se preparem para as eleições. Para tanto a entidade vai promover um importante evento com o apoio da OAB GO, FAEG e UVEGO. É o “Seminário Político Eleições 2020 – Novas Regras e Novos Desafios” reunindo renomados especialistas do direito eleitoral. Dentre os palestrantes e debatedores estão: Danúbio Remy, advogado e Gestor Público; Wandir Allan, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-GO; Sérgio Siqueira, advogado e Assessor Jurídico da AGM; Cassius Marcellus, promotor de Justiça e coordenador Estadual de Apoio Eleitoral do MP-GO; Villis Marra, Promotora de Justiça do MP-GO; Luis César de Castro, advogado e contador; e Alberto Almeida, presidente do Instituto Brasilis.

**“ FALTANDO UM ANO PARA O PLEITO O ASSUNTO AINDA NÃO GANHOU AS RUAS, O QUE VAI ACONTECER DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL. MAS, JÁ É AMPLAMENTE DISCUTIDO NOS BASTIDORES DOS PARTIDOS E POR JURISTAS.. ”**



# SEMINÁRIO

## POLÍTICO

### ELEIÇÕES 2020

**NOVAS REGRAS, NOVOS DESAFIOS PARA AS ELEIÇÕES 2020**

#### CRONOGRAMA

**8h - Credenciamento e café da manhã**

**9h30 - Abertura**

**Tema: Regras para as Eleições 2020**

**Palestrante:** Danubio Cardoso Remy Romano Frauzino

**Debatedor:** Wandir Alan

**Tema: Condutas Vedadas aos Agentes Públicos**

**Palestrante:** Cassius Marcellus de Freitas Rodrigues

**Debatedor:** Sérgio Siqueira

**Tema: Participação Feminina na Política**

**Palestrante:** Villis Marra - Promotora de Justiça

**12h30 - Almoço**

**14h - Tema: Prestação de Contas dos Municípios em ano Eleitoral - Lei de Responsabilidade Fiscal**

**Palestrante:** Luis Cesar de Castro Martins (contador e advogado)

**15h - Tema: Marketing e Eleições: Novas plataformas**

**Palestrante:** Alberto Almeida

**Debatedor:** Bruno Neto

**16h - Encerramento e certificação**



Danúbio Remy  
Advogado e Gestor  
Público



Wandir Allan  
Presidente da Comissão  
de Direito Eleitoral/ OAB



Sérgio Siqueira  
Advogado da Associação  
Goiânia dos Municípios



Villis Marra  
Promotora do Ministério  
Público de Goiás



Luis César de Castro  
Martins  
Contador e advogado



Alberto Almeida  
Presidente do Instituto  
Brasília



Cassius Marcellus  
Promotor de Justiça  
do Estado de Goiás

**05**  
NOVEMBRO      Auditório  
da Faeg

R. Oitenta e Sete, 662  
St. Sul, Goiânia - GO,  
74093-300

Informações: (62) 3285-5288

Inscrições: [www.agm-go.org.br/cursos](http://www.agm-go.org.br/cursos)

*Inscrição gratuita para advogados, prefeitos e vereadores*

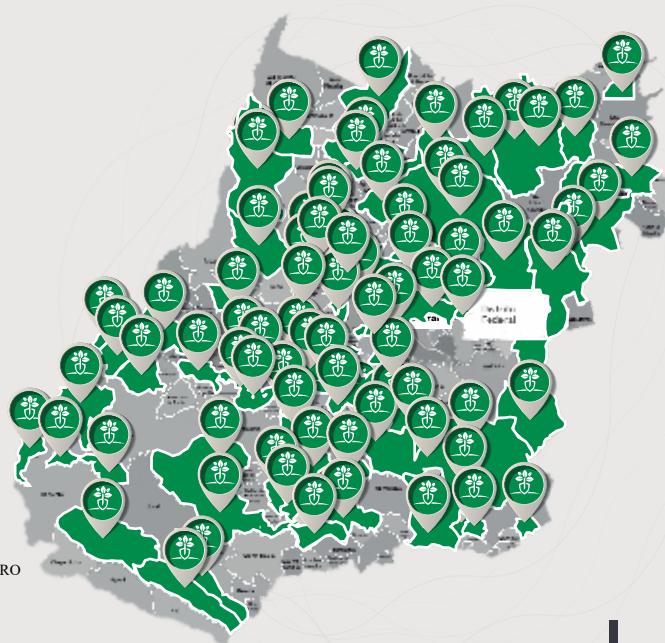


# O maior programa de reflorestamento simultâneo do Centro Oeste



Mais da metade dos municípios já aderiu. Não deixe sua cidade de fora!

ABADIA DE GOIÁS	CAVALCANTE	ITAPIRAPUÃ	PIRENÓPOLIS
ADELÂNDIA	CERES	ITARUMÃ	PIRES DO RIO
ÁGUA LIMPA	CEZARINA	ITAUÇU	PLANALTINA
ÁGUA FRIA	COCALZINHO DE GOIÁS	JANDAIÁ	PONTALINA
ÁGUAS LINDAS DE GOIAS	COLINAS DO SUL	JESÚPOLIS	PORANGATU
ALOANDIA	CÓRREGO DO OURO	JOVIÂNIA	PORTELÂNDIA
ALTO PARAÍSO	CORUMBAÍBA	MAIRIPOTABA	PORTEIRÃO
ALVORADA DO NORTE	CRISTALINA	MARA ROSA	POSSE
ALTO HORIZONTE	CROMINIA	MINAÇU	PROFESSOR JAMIL
AMERICANO DO BRASIL	DAMOLANDIA	MOIPORÁ	RIALMA
ANICUNS	DAVINOPOLIS	MONTES CLAROS DE GOIAS	RIANÁPOLIS
APARECIDA DO RIO DOCE	DIVINÓPOLIS DE GOIAS	MONTVIDIU	RIO QUENTE
ARAGARÇAS	DOVERLÂNDIA	MORRINHOS	RIO VERDE
ARAGOIANIA	ÉDEIA	MORRO AGUDO DE GOIÁS	RUBIATABA
ARAGUAPAZ	FAZENDA NOVA	MOSSÂMEDES	SANCLERLÂNDIA
AVELINÓPOLIS	FIRMINÓPOLIS	MOZARLÂNDIA	SANTA CRUZ DE GOIÁS
BARRO ALTO	FLORES DE GOIAS	MUNDO NOVO	SANTA RITA DO ARAGUAIA
BELA VISTA DE GOIÁS	FORMOSA	MUTUNOPOLIS	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS
BOM JARDIM DE GOIÁS	GAMELEIRA DE GOIÁS	NAZÁRIO	SÃO FRANCISCO DE GOIAS
BOM JESUS	GOIANÁPOLIS	NIQUELANDIA	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO
BONFINÓPOLIS	GOIANDIRA	NOVA AMERICA	SENADOR CANEDO
BRAZABRANTES	GOIANÉSIA	NOVA AURORA	SERRANÓPOLIS
BRITANIA	GOIANIA	NOVA CRIXAS	TERESINA
BURITINÓPOLIS	GOIANIRA	NOVA ROMA	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS
CACHOEIRA DE GOIAS	GOIATUBA	NOVO BRASIL	TURVELANDIA
CAÇU	GUARAÍTA	ORIZONA	TRINDADE
CALDAS NOVAS	GUARANI DE GOIÁS	OURO VERDE DE GOIÁS	URUAÇU
CAMPESTRE DE GOIÁS	GUARINOS	PADRE BERNARDO	URUANA
CAMPINAÇU	HIDROLÂNDIA	PALMINÓPOLIS	URUTAÍ
CAMPO ALEGRE	IPAMERI	PARANAIGUARA	VILA BOA
CAMPO LIMPO	IPORÁ	PEROLANDIA	VILA PROPÍCIO
CASTELÂNDIA	ITABERAÍ	PIRACANJUBA	
CATURAÍ	ITAGUARU	PIRANHAS	



Dia 22 de novembro  
Vamos, todos juntos,  
fazer a diferença!

